

Resolução de Educação 60º CONUNE 2025

UNE- 88 ANOS NA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO COMPROMETIDA COM O POVO, PARA A CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA DO BRASIL

Os últimos anos marcam um ponto de virada na trajetória do movimento estudantil universitário brasileiro. Frente a um país ainda em reconstrução, após anos de retrocessos, cortes e desmontes das políticas públicas, especialmente no campo da educação, a UNE reafirma seu papel como força indispensável na luta por um Brasil soberano, democrático e justo.

Uma vaga no ensino superior ainda é privilégio no Brasil. Além disso, dentre essas poucas vagas, sua grande maioria ainda se encontram no ensino superior privado - cerca de 88%. É tarefa do movimento estudantil enfrentar o atual cenário de falta de regulamentação e qualidade no ensino privado, as mensalidades abusivas, a produção de endividamento da juventude e a perseguição à autonomia da organização estudantil nestas instituições de ensino, assim como defender o FIES e o ProUni como políticas de caráter imediato. No entanto, o transitório não pode ser estruturante. A reforma universitária e Plano Nacional de Educação (PNE) devem pautar uma política de transição de vagas do ensino privado para o público, de forma que inverta a atual desproporção e retire dos tubarões do ensino e do capital aberto o controle da maioria das vagas.

Neste contexto, a União Nacional dos Estudantes se fortalece como entidade autônoma, comprometida com a defesa intransigente do ensino superior público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado, atuando com responsabilidade e autoridade diante dos desafios de seu tempo. A educação deve ser instrumento de transformação social e afirmação da dignidade humana. Não se trata apenas de garantir acesso, mas de formar sujeitos críticos, éticos e comprometidos com um Brasil melhor. Queremos uma educação democrática no centro do debate! É preciso romper com a lógica de sobrevivência a que está submetida nossa educação pública, é urgente a ampliação e fortalecimento da luta por orçamento na educação, e também construir um processo democrático de consolidação de um projeto político de educação, com a presença dos movimentos sociais como a ponta de lança na formulação das políticas públicas e na decisão das prioridades de investimentos através de experiências de orçamento participativo.

Ao longo dos últimos dois anos, a UNE desempenhou papel central na resistência e na formulação de saídas para a crise da educação. A entidade liderou mobilizações, pressionou o parlamento e o governo, ocupou os espaços institucionais e impulsionou a organização de base nas universidades. Esse protagonismo resultou em conquistas concretas: a mais recente a aprovação do PL 3118/2024, que vincula os royalties do petróleo à assistência estudantil; a recomposição parcial do orçamento das universidades públicas; a renovação e ampliação da Lei de Cotas, com avanços históricos nas ações afirmativas para pessoas trans, quilombolas e indígenas; o perdão de dívidas do FIES para estudantes endividados; o relançamento do PAC da Educação, com retomada de obras paralisadas; a elevação dos valores das bolsas de pesquisa; além da construção de propostas para o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que será o norte das políticas educacionais da próxima década.

Esses avanços são fruto direto da atuação autônoma e responsável do movimento estudantil, que demonstrou capacidade de formulação, articulação, mobilização e unidade em escala nacional. A realização do maior Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB) da história da UNE, em 2025, demonstra a forma como devemos construir a nossa luta educacional. Milhares de estudantes e entidades de base se reuniram em um processo democrático e representativo, debatendo profundamente a realidade do ensino superior, compartilhando experiências e construindo, coletivamente, uma agenda estratégica de lutas para os próximos anos. O CONEB reafirmou o

compromisso da UNE com a democracia interna e com o fortalecimento das organizações de base, que são o alicerce do movimento estudantil combativo.

Neste mesmo período, a UNE assumiu com coragem seu lugar no debate público sobre o futuro da educação no Brasil. A entidade atuou como liderança legítima no processo de discussão do novo Plano Nacional de Educação, formulando propostas ousadas e viáveis para enfrentar os grandes desafios do setor. Para a UNE, o novo PNE deve ser um instrumento de transformação estrutural. Defendemos a retomada da meta de investimento de 10% do PIB na educação pública, a utilização plena dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal como fontes soberanas de financiamento, e a universalização da educação superior pública como horizonte estratégico. Além disso, o PNE precisa enfrentar de forma direta as desigualdades sociais, raciais, de gênero e territoriais, garantindo a democratização do acesso, a permanência com dignidade e a valorização da diversidade nos espaços de formação.

É hora de irmos além! Precisamos aprovar as cotas trans em todas universidades do país, a exemplo da recente vitória da UNICAMP, fruto da unidade do movimento estudantil com o movimento trans. É preciso avançar em cada universidade, além de batalhar pela aprovação de uma Lei Federal de cotas para pessoas trans e travestis no ensino superior e, para isso, defendemos a construção de uma caravana nacional por cotas trans. Também é fundamental aprovar o vestibular indígena em todo o país e fortalecer a educação indígena no ensino superior brasileiro com, por exemplo, a construção de cursos de graduação e projetos de extensão que se conectem às demandas dos territórios indígenas de cada canto do país. Além de ser política afirmativa e de reparação histórica, a garantia do ingresso deve estar atrelada a políticas de permanência. Além disso, precisamos de plena implementação de cotas e políticas de permanência estudantil para PCDs, que passam pelas diferentes dimensões que abarcam as demandas de acessibilidade, rompendo com o capacitismo no ambiente universitário. O acesso de pessoas PCDs deve ser acompanhado de políticas de permanência, com criação de programas e editais específicos para os sujeitos oprimidos, atendendo à especificidade local e territorial.

Nossos sonhos exigem luta! É fundamental reforçar que não há projeto de reconstrução nacional possível sem investimentos consistentes em educação, ciência e tecnologia. A UNE tem cumprido um papel decisivo na denúncia das limitações impostas pelo novo regime fiscal, uma posição firme contra o arcabouço fiscal, com protagonismo na campanha nacional “Educação Fora do Arcabouço”. Em 2025, os efeitos concretos dessa política ficaram evidentes nos contingenciamentos orçamentários previstos pelo Decreto 12.448/2025, que ameaçaram o funcionamento pleno das universidades e institutos federais. Diante disso, a UNE liderou uma mobilização em todo o país, culminando no ato nacional do dia 29 de maio, que reuniu milhares de estudantes nas ruas e foi fundamental para que o governo federal recuasse parcialmente nos bloqueios e anunciasse ampliação orçamentária para a educação.

No entanto, essa conquista não encerra o problema, a retomada parcial das verbas foi sem dúvidas um avanço e uma vitória, mas é inadmissível que o orçamento das universidades no governo Lula seja menor que o orçamento dos governos reacionários de Temer e Bolsonaro antes da pandemia. Definir orçamento é definir prioridade. É através do orçamento que conseguimos garantir conquistas e realizar a implementação de políticas públicas que transformam a vida do povo brasileiro, por isso a disputa pelos rumos do orçamento público é central. Sabemos que o patamar atual de financiamento ainda está aquém das necessidades reais das instituições e muito distante das metas estratégicas para o desenvolvimento do país. A UNE reafirma que não haverá soberania tecnológica, reindustrialização, inovação científica ou justiça social sem universidades financiadas, valorizadas e protegidas da lógica do ajuste permanente. Por isso, apresentamos a necessidade do Governo encaminhar com Urgência ao Congresso Nacional um Projeto de Lei para garantir um

orçamento fixo para as universidades e institutos federais. Com objetivo de proteger as instituições de cortes e garantir estabilidade financeira, permitindo um planejamento mais eficaz.

Além disso, denunciamos a contradição estrutural da política fiscal brasileira: não pode haver teto para a educação enquanto o Congresso Nacional opera com mais de R\$8,5 bilhões destinados ao orçamento secreto. Recursos distribuídos sem transparência, utilizados como moeda de troca pelas bancadas do Boi, da Bíblia e da Bala, em benefício dos novos "BBBs": bilionários, banqueiros e as Bets. Não existe projeto de país soberano com teto para o conhecimento e cheque em branco para os privilégios. A restrição fiscal imposta à educação, saúde e ciência não é neutra. Ela é resultado da Política do Temer em seguida por Bolsonaro, que apresentou um modelo que prioriza o rentismo e a concentração de renda em detrimento do povo.

O impacto dos juros no Brasil é alarmante, especialmente quando comparado a investimentos estratégicos como na educação e pesquisa. Em 2024, o país destinou R\$ 950,4 bilhões ao pagamento de juros da dívida pública, o que equivale a 8,05% do PIB. Para cada ponto percentual de aumento na taxa Selic, estima-se que o Brasil perca cerca de R\$ 50 bilhões em seus cofres, agravando ainda mais o custo da dívida pública.

Ao observar o gasto com ensino superior a nível federal em 2024, as 69 universidades federais, que operam em 314 campi, disputaram um orçamento total de R\$ 35 bilhões para manter suas atividades. Esse valor, considerado insuficiente pelas instituições para atender às demandas de infraestrutura, assistência estudantil e pesquisa, é 27 vezes menor do que os R\$ 950 bilhões destinados ao pagamento de juros da dívida pública no mesmo ano. Enquanto falta dinheiro para educação, não falta dinheiro para o “bolsa banqueiro”. O orçamento público deve servir ao povo, não aos privilégios.

Por isso, a UNE defende uma mudança urgente na política econômica do país, que rompa com a lógica da austeridade e priorize os direitos sociais. É necessário taxar as grandes fortunas, lucros e dividendos, e acabar com o orçamento secreto, que hoje consome bilhões sem transparência. O orçamento público deve servir ao povo, não aos privilégios.

O Brasil precisa de um novo ciclo econômico, com foco em investimento social, distribuição de renda e valorização das políticas públicas. Educação, saúde, ciência e meio ambiente devem ser prioridade. Essa é a luta que a juventude organizada está pronta para enfrentar, nas universidades, nas ruas e nas urnas, com unidade e esperança.

Apesar dos avanços, os desafios da educação ainda são imensos. Na educação básica, por exemplo, apesar da nova Lei do Novo Ensino Médio, ele permanece fragmentado e tecnicista, ameaça o direito à formação crítica, excluindo disciplinas essenciais como Artes, Filosofia e Espanhol, e enfraquecendo as licenciaturas. A UNE defende a construção de um modelo de ensino que promova o pensamento livre, a sensibilidade e o compromisso social. No ensino superior o subfinanciamento das instituições públicas persiste como uma barreira estrutural, comprometendo o funcionamento das universidades e a qualidade do ensino. A assistência estudantil segue aquém das necessidades reais da juventude brasileira, especialmente das e dos estudantes cotistas, trabalhadores, mulheres, quilombolas e pessoas LGBTQIA+. A permanência exige políticas robustas como a regulamentação do PNAES e programas como o PIBID (que precisa virar lei!) e o Pé-de-Meia, mas é necessário superar critérios meritocráticos que excluem os mais vulneráveis e ampliar o alcance dessas políticas para garantir dignidade e equidade na trajetória universitária.

É necessário também implementar como uma política de lutas da União Nacional dos Estudantes a criação dos Planos Estaduais de Assistência Estudantil, seguindo a mesma linha de regulamentação da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Acreditamos que a União Nacional dos

Estudantes deve intensificar a mobilização em defesa da autonomia universitária, da ampliação do orçamento e da garantia de políticas de permanência estudantil nas universidades estaduais.

A Constituição de 1988 consolidou o direito à educação (arts. 6º e 205 a 214), embora não mencione explicitamente a permanência estudantil. No entanto, princípios como igualdade, dignidade humana e combate às desigualdades sustentam a criação de políticas que garantam a permanência na educação superior. O art. 207 assegura a autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sendo elementos que reforçam a necessidade de integrar cada vez mais a assistência estudantil ao projeto universitário. Nossa luta segue firme pela incorporação da assistência estudantil como dimensão estruturante e transversal do tripé universitário, a partir do Ensino, Pesquisa e Extensão. Defendemos que ela seja contemplada com dotação orçamentária adequada e permanente, à altura das necessidades reais dos estudantes. A recente aprovação do PL 3118/2024, que destina recursos do Pré-sal para o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), representa uma conquista histórica. Agora, é fundamental garantir sua implementação com a fixação de repasses orçamentários semestrais, calculados a partir da realidade de cada universidade.

Frente a esse cenário, a UNE reafirma seu compromisso com uma ampla Reforma Universitária Popular capaz de conectar a universidade às realidades do povo trabalhador, das periferias urbanas e das juventudes do campo, da floresta e das águas, garantindo que a produção do conhecimento dialogue com o Brasil real e seus desafios cotidianos. Defendemos uma reforma que garanta autonomia universitária plena, com eleições diretas para reitores, representação paritária nos conselhos, revisão dos currículos com base em saberes populares, descolonizados e com a base na ciência, valorização do tripé ensino, pesquisa e extensão, e reestruturação das políticas de financiamento e assistência. A universidade precisa ser espaço de produção de ciência comprometida com o fortalecimento nacional, com a justiça social e com a superação das desigualdades.

Além disso, a Reforma Universitária deve reconhecer a centralidade do trabalho na formação humana, articulando o ensino superior com as demandas concretas do mundo do trabalho, sem precarização. Defendemos a compreensão do papel da Universidade para o desenvolvimento nacional, social e econômico do país, que estimule parcerias entre universidades públicas e cooperativas populares, incubadoras sociais, experiências de economia solidária e territórios de vulnerabilidade, valorizando o conhecimento prático e a pesquisa aplicada à realidade do povo brasileiro. Pois, o Brasil vive hoje uma realidade alarmante de informalidade e subemprego juvenil. É inadmissível que a juventude siga sendo empurrada para a informalidade. Por isso, a UNE deve desenvolver debates sobre um plano nacional de empregabilidade juvenil, com políticas de incentivo ao primeiro emprego, valorização dos direitos trabalhistas, combate à informalidade e incentivo à profissionalização, articulado às universidades e institutos federais.

Nesse novo ciclo, é também urgente enfrentar a mercantilização da educação. A financeirização do ensino superior privado e o domínio dos chamados “tubarões da educação” colocam em risco o direito à formação de qualidade, precarizam o trabalho docente e transformam o diploma em mera mercadoria. Por isso, a UNE defende a criação imediata do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES), órgão público responsável por fiscalizar, regular e garantir padrões mínimos de qualidade nos cursos presenciais e a distância, tanto no setor privado quanto no público e comunitário.

A realidade dos estudantes do ensino privado, especialmente os bolsistas do ProUni e os endividados do FIES, evidencia um abismo social. Estes jovens, em sua maioria negros e periféricos, enfrentam jornadas duplas de trabalho e estudo sem qualquer tipo de suporte. Não há

RU, transporte, nem bolsas. Sem o devido amparo, o sonho de acesso à educação se torna um ciclo de exclusão.

A luta e conquista que tem a marca da UNE do Novo Marco Regulatório da EaD, com a revogação da Portaria 2.117/2019, foi uma vitória importante para estabelecer limites e critérios rigorosos à expansão descontrolada da educação a distância que afeta principalmente os estudantes mais vulneráveis, aprofundando desigualdades e precarizando a formação, especialmente no que tange à formação docente, à EJA e ao ensino médio.

Essa mudança abre caminho para que o INSAES seja criado e atue com força na regulação da qualidade, mas também na transparência da aplicação dos recursos públicos destinados ao setor privado, especialmente via FIES e ProUni. Vale lembrar que os conglomerados privados se beneficiam desses programas para ampliar suas matrículas, cobram manutenções e reajustes de mensalidades abusivas e em sua maioria seguem sem cumprir com o tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão), sem oferecer contrapartidas aos estudantes e sem garantir permanência ou suporte adequado para o mercado. O resultado é uma explosão de endividamento estudantil, com milhares de jovens presos a dívidas impagáveis, inseguros e, muitas vezes, se veem impedidos de concluir ou retirar seus diplomas.

O INSAES será essencial para mudar esse cenário. Além de garantir fiscalização e parâmetros de qualidade, deve exigir a abertura das contas das instituições privadas, assegurando que o uso de recursos públicos seja transparente e que sirva não apenas para a entrada dos estudantes, mas também para sua permanência com dignidade, sem endividamento. Sendo mais do que um órgão técnico, o INSAES deve ser instrumento para a reformulação do modelo de educação superior no país, garantindo que todas as instituições que operam com recursos públicos tenham compromisso com a democracia, com a formação crítica e com o projeto de desenvolvimento nacional.

A portaria do MEC teve uma outra vitória importante sobre o EAD, a redução de 40% para 30% como limite ofertado dentro das modalidades presenciais. Isso foi um avanço, mas não podemos parar por aí. Precisamos garantir o fim das aulas virtuais no ensino presencial, que os pagamentos das mensalidades sejam equiparados aos novos critérios de ensino (presencial, semi-presencial e EAD) do Novo Marco Regulatório e o fim da oferta de cursos de Saúde na modalidade EAD.

A universidade necessária que queremos é também protagonista na transição energética e na luta pela justiça climática. O colapso ambiental exige uma resposta urgente das instituições públicas de ensino, que devem investir em pesquisas de energia limpa, tecnologias sustentáveis, agroecologia e soberania alimentar. Por isso, apresentamos um Plano Nacional de Pesquisa Universitária para a Transição Justa, conectando a produção científica com os desafios do presente e a sobrevivência das futuras gerações, que coloque a universidade como centro e o povo como central no desenvolvimento da solução dessa transição. A extensão deve ser parte orgânica da universidade, conectando o saber acadêmico com o saber popular, os territórios e os movimentos sociais. É preciso construir uma prática extensionista que dialogue com comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e periféricas, valorizando saberes tradicionais e promovendo justiça social. Ao defender uma educação plural em sua totalidade, é necessário lutar pela implementação de cotas étnico-raciais na docência e pós-graduação; assim como por uma revisão das bases teóricas e conceitos dos currículos de extensão popular que dialoguem com a experiência e os conhecimentos das comunidades tradicionais e fortaleçam a educação popular nos territórios!

Convocamos a realização da Jornada da Juventude (Marcha Nacional da Educação) em 11 de Agosto, em Brasília, data em que a une completa seus 88 anos e o dia do estudante, em unidade com demais entidades do setor educacional, que transmita para as ruas e para o Congresso Nacional, a síntese dos estudantes brasileiros, realizados no 60º congresso da UNE, de forma

ampla, democrática e que reúna milhares de estudantes para debater o Brasil e os rumos da educação brasileira reafirmando que a educação é o motor da transformação social. A reconstrução do país passa necessariamente por um projeto educacional comprometido com o povo, com a ciência e com a soberania nacional. O movimento estudantil tem lado, tem história e seguirá nas universidades, nas ruas, nas redes e nas urnas, construindo um Brasil do tamanho dos nossos sonhos. Porque educação não é mercadoria e a universidade brasileira tem que ter a cara do seu povo!